

A influência da Bíblia na construção da imagem de D. João I, o “Messias de Lisboa”

The influence of the Bible in the construction of the image of John I, of Portugal, the “Messiah of Lisbon”

Adriana Maria de Souza Zierer¹
Universidade Estadual do Maranhão

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar os elementos que auxiliaram a construção da imagem de D. João I, primeiro rei da Dinastia de Avis, por Fernão Lopes. Num período de crença em ideias escatológicas por grupos como os beguinos e franciscanos espirituais, marcado por eventos como a fome e a Peste Negra, uma parte da população portuguesa acreditava na vinda de um governante ideal que traria um novo período de felicidade na terra, apresentado por Lopes como a Sétima Idade. Este também é um momento do Cisma do Ocidente, com dois papas na Cristandade, em Roma e Avignon. Visando legitimar o poder da nova dinastia, o cronista apresenta o rei avisino como o “Messias de Lisboa” e instaurador do Evangelho Português, sendo o único capaz de libertar Portugal do Anticristo, representado pelo rei de Castela, apoiante do papa de Avignon e que pretendia obter para si o trono de Portugal. São enfatizados conceitos relacionados a temas bíblicos, como o de Messias, associado a um rei salvador, vinculado aos monarcas do Antigo Testamento e com analogia a Cristo. Assim, D. João I está associado aos bons reis bíblicos, como Josias, que eram guerreiros, justos e fieis a Iaweh. O cronista apresenta exemplos de “milagres” relacionados a eventos bíblicos, que confirmavam a “eleição” de D. João por Deus, como os ocorridos no cerco de Lisboa (1384) e na Batalha de Aljubarrota (1385).

Palavras-chave: *Bíblia*; D. João I; Fernão Lopes.

Abstract

The goal of this paper is to present the elements that helped to build the image of John I of Portugal, first king of Avis' Dynasty, by the chronicler Fernão Lopes. In a period of belief in eschatological ideas by groups such as Beghards and Spiritual Franciscans, marked by events such as famine and the Black Death, a part of the Portuguese population believed in the coming of an ideal ruler who would bring a new period of happiness on earth, presented by Lopes as the Seventh Age. This is also the moment of the “Great Schism”, with two popes in Christianity, in Rome and Avignon. In order to legitimize the power of the new dynasty, the chronicler presents the king of Avis as the “Messiah of Lisbon” and the establisher of the Portuguese Gospel, being the only one able to free Portugal of the Antichrist, represented by the king of Castile, a supporter of the pope of Avignon and sought to obtain for himself the throne of Portugal. We emphasize concepts related to biblical themes such as Messias, linked to a savior king, connected to the kings of *Old Testament* and with analogies to Christ. Thus, John I is associated with the good biblical kings, such as Josiah, who were warriors, faire kings and faithful to Yahweh. The chronicler presents examples of “miracles” related to Biblical events which confirmed the “election” of King John by God, such as those occurring at the Seige of Lisbon (1384) an in Aljubarrota Battle (1385).

Keywords: *Bible*; John I, of Portugal; Fernão Lopes

-
- Enviado em: 17/04/2012
 - Aprovado em: 01/12/2012

¹ Doutora em História Medieval. Docente do Departamento de História e Geografia da UEMA. É uma das coordenadoras do **Mnemosyne - Laboratório de História Antiga e Medieval da UEMA**. Coordena o projeto de pesquisa *O Rei e a Legitimação da Dinastia de Avis*, desenvolvido com alunos de iniciação científica.

Introdução

D. João I, filho bastardo do rei D. Pedro, ascendeu ao poder através do Movimento de Avis de 1383-1385, com apoio de nobres secundogênitos, de comerciantes e da população pobre de Lisboa, sendo inicialmente nomeado como regedor e depois coroado como monarca, em 1385.

Também se destaca a preocupação com a memória, em registrar os acontecimentos relacionados à nova Dinastia, daí o fato de Fernão Lopes ter sido contratado em 1418 por D. Duarte, filho do monarca e soberano subsequente, para escrever as crônicas de todos os reis até então, o que denota o intuito em glorificar os feitos do iniciador da nova dinastia, que acabou conhecido como D. João, o da “Boa Memória”.

A *Crônica de D. João I* foi composta logo após a sua morte com o propósito de apresentar D. João como o eleito de Deus, “Messias” de Lisboa, que teria vencido os castelhanos que desejavam ocupar o trono português, graças ao apoio da ‘boa nobreza’ – os nobres secundogênitos, e da ‘arraia miúda’, o povo de Lisboa. Já nessa obra o soberano é apresentado por Lopes como modelo de perfeição, devoto, bom marido, bom governante. Seu comandante militar – Nun’Alvares, o seu complemento, “estrela da manhã”, caridoso, bondoso, bom cristão, exímio guerreiro e fiel ao seu dirigente. D. João, com o seu apoio, teria vencido batalhas contra os castelhanos em território português, como as batalhas de Atoleiros e Aljubarrota.

Outro elemento importante é que o período em questão é marcado pelo Cisma do Ocidente, com a existência simultânea de dois papas, um em Roma e outro em Avignon. Num contexto de crise religiosa, marcado pela Peste e a fome, como foi o final da Idade Média, possibilitou que grupos de orientação joaquimita², como os beguinos e franciscanos espirituais acreditassem que estava se aproximando em Portugal a vinda de um governante com traços messiânicos, capaz de trazer a justiça e a paz e lutar contra o mal. Fernão Lopes se apropria dessas ideias e transforma D. João de Portugal no modelo de rei escolhido por Deus em oposição a D. Juan de Castela, visto como mau cristão e exemplo do Anticristo, que desejava o trono de Portugal e tinha o apoio da nobreza tradicional lusa.

Boa parte dessa nobreza apoiou, na época, as pretensões do monarca castelhano e foram os nobres secundos, como Nuno Álvares Pereira, os partidários do Mestre de Avis. Por isso, Lopes faz no seu relato uma oposição entre os “bons portugueses”, aliados de D. João, considerados a “boa

² Grupos que seguiam ideias do monge calabrés Joaquim de Fiore (†1202), que acreditava ser o mundo dividido em três eras, a do Pai, a do Filho e a do Espírito Santo. Nesta última era, que se iniciaria em 1260, ocorreria uma mudança, precedida de um período de grandes provações, caracterizado pela vinda do Anticristo. Após a derrota deste, seria estabelecida a Jerusalém Celeste. As ideias de Joaquim foram consideradas heréticas depois da sua morte, mas tiveram grande repercussão, especialmente no final da Idade Média quando devido a um período de peste e fome se acreditava que o fim do mundo estava próximo.

oliveira portuguesa” e os “enxertos tortos”, maus portugueses, especialmente, os da alta nobreza, que apoiaram D. Juan³. A imagem dos ramos da oliveira é inspirada num exemplo bíblico retirado da *Epístola 11 de São Paulo aos Romanos*, associando os ramos naturais embora desnaturados aos judeus e os ramos enxertados na boa árvore aos cristãos.⁴

A ideia mais presente na *Crónica de D. João I* é a da luta entre dois partidos: o de D. João, Mestre de Avis, que representa a verdadeira Fé – o cristianismo e o de D. Juan de Castela, que segundo o texto escrito por Fernão Lopes é um herético e cismático, por apoiar o papa de Avignon, o ‘anti-papa’. Assim, Castela é associada ao Anticristo que vem causar uma série de tribulações a Portugal: a guerra, a fome e a peste. Esta última milagrosamente, segundo o cronista não atacava os portugueses, mas somente os castelhanos, o que representaria uma interferência do divino ao lado dos portugueses. Todo o texto da crônica se apoia na dualidade entre D. João, o Messias, isto é, o governante designado por Deus para salvar Portugal, e o Anticristo, D. Juan de Castela, o representante do mal.

Esses termos são explicitamente mencionados na primeira parte relato, respectivamente no cap. 63 que fala do povo do “Mexias de Lisboa”, os humildes, e o 123, sobre o Anticristo, no qual o cronista explica que o motivo das lutas era a divisão entre os nobres em Portugal, o que denotava a existência de pecados no reino, motivo pelo qual toda a população seria posta à prova.

Elementos Bíblicos na Crónica: Messianismo, Escatologia, Rei Perfeito

O **messianismo** pode ser entendido como “essencialmente a crença religiosa na vinda de um Redentor que porá fim à ordem atual das coisas, quer seja de maneira universal ou por meio de um grupo isolado, e que instaurará uma nova ordem feita de justiça e de felicidade”⁵.

No sentido histórico-sociológico, o messianismo compõe-se de um legado de doutrinas que prometem a felicidade na terra sob a liderança de uma pessoa que empreenderia reformas políticas, religiosas ou sociais, as quais são apresentadas como ordens, missões ou emissões divinas. Deus pode ser manifestado através de um personagem (messianismo), de um mensageiro (profetismo) ou de um reino ou reinado (milénarismo).

Com relação à sua tipologia, o *messianismo político* é aquele ligado a instauração de regimes ou de dinastias que utilizam um discurso baseado no nacionalismo e associado a um líder messiânico apresentado como iniciador de uma nova era⁶.

³ ACCORSI JR, Paulo. “Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa”. *A Prosa Civilizadora na Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997, p. 103-132.

⁴ SARAIVA, António José. *Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988, p. 173.

⁵ DESROCHE, Henri. *Dicionário de Messianismos e Milénarismos*. São Bernardo do Campo: UESP, 2000, p. 20.

O messianismo representado por D. João se insere no *messianismo político*, pois a Dinastia de Avis ao se implantar no poder criou um discurso em que apresenta *D. João como aquele capaz de garantir a salvação do povo português* e o iniciador de um novo tempo de felicidade, descrito por Fernão Lopes como a Sétima Idade, na qual membros de categoria inferior seriam nobilitados. O desenvolvimento deste messianismo está inserido também na crença no chamado *messianismo cósmico* que prevê um período de abundância e de paz com a chegada do verdadeiro Messias estabelecendo o Juízo Final.

Segundo Desroche, o *messianismo cósmico* tem a sua raiz no passado, no caso do cristianismo, a criação do homem no Éden, e evoca no presente a esperança de um futuro, isto é, a Nova Jerusalém na terra com o início do reinado de Cristo e dos eleitos e a condenação eterna dos maus ao Inferno⁷.

Este rei ideal tem características dos reis do *Antigo Testamento*, os quais eram guerreiros e expansionistas. Deus mostrava a sua ligação com eles favorecendo-os nas guerras, o que confirmava a aliança com o povo Israel, visto como um povo eleito. De acordo com o relato de Fernão Lopes, os portugueses também serão vistos com esta característica, uma vez que Deus os favoreceu nas lutas contra os castelhanos, mais poderosos militarmente e que pretendiam tomar o reino.

O nome Messias vem do aramaico *Meshihà* e sua raiz é *meshah* (ungir), que designava a união sacerdotal, profética e régia. No *Antigo Testamento*, este termo era utilizado para denominar o rei e os sacerdotes⁸. Exemplos de reis ungidos foram Davi e Saul e no caso de sacerdotes, Arão e seus filhos.

Na *Bíblia* a benção de Noé dada a Sem (Gen, 9, 24) anunciava que a salvação do mundo sairia de Sem e de sua família, os semitas. Entre os semitas, Abraão foi escolhido como o portador da profecia e através de sua descendência todos os povos da terra seriam abençoados, pois segundo o *Antigo Testamento* é de Israel que virá a salvação⁹.

No sentido teológico, o messianismo designa as ideias sobre o Messias do *Antigo Testamento*. Ali, a aliança de Deus com o povo de Israel se concretiza na aliança do Monte Sinai, na qual este povo é o escolhido para levar o cetro de Judá, isto é a religião judaica, apresentada como perfeita, verdadeira e definitiva, devendo ser seguida por todos os povos. Israel, segundo a *Bíblia*, será o condutor deste Messianismo expresso em expressões como “Restaurador do Povo de Deus”, “Messias de Israel” e “Salvador da Humanidade” no fim dos tempos.

⁶ DESROCHE, Henri. *Dicionário de Messianismos e Milenarismos*, p. 34.

⁷ *Ibid.*, p. 35.

⁸ BAUER, Johannes B. *Dicionário de Teologia Bíblica*. São Paulo: Loyola, 1988, v. 1, p. 689.

⁹ *Ibid.*, p. 690.

O Messias, identificado com um elemento pertencente à casa de Davi, é “um rei sacerdote que virá no fim dos tempos para instaurar o amor, a justiça, a unidade e a paz”¹⁰. Estes termos mais tarde foram associados a Jesus de Nazaré, entendido na religião cristã como o Messias já vindo. Já o judaísmo continua a crer que os tempos messiânicos continuam por vir.

O rei ungido encarna na sua pessoa a natureza e condição da realeza do povo eleito. A esperança dos judeus que se veem como um povo eleito está essencialmente ligada à figura do **rei Davi**. Para a *Bíblia* ele é o verdadeiro fundador da monarquia em Israel. A realeza de Davi foi proclamada em Hebron, cidade mais importante de Judá. A conquista de Jerusalém garante a confirmação de Davi como rei de todo Israel¹¹, o que só perdurou durante o seu reinado. Por isso, Davi personifica o modelo de Messias.

A partir do **Novo Testamento**, o Messias é identificado com Jesus, o Cristo. *Christós*, o Messias foi crucificado e ressurgido. O Messias, salvador da humanidade dará então início ao Juízo Final e ao estabelecimento do Reino de Deus na terra.

A escatologia judaico-cristã prevê a terra onde corre leite e mel para os judeus e se enriquece com a evocação de um chefe, um salvador ou rei futuro, o Messias, Ungido do senhor e descendente da casa de Davi¹².

A ideia deste rei futuro está relacionada a calamidades como a destruição de Israel e o cativeiro na Babilônia, eventos que são vistos como pecados que levaram à cólera divina. Assim, o Messias passa a ser visto como servidor de Iahweh, profeta perseguido e salvador, Messias redentor capaz de garantir um novo futuro a todas as nações e também a ressurreição dos mortos. Com a vinda do Messias, um novo reino será criado. Segundo Le Goff “o judaísmo é a religião da espera e da esperança isto é a própria essência da escatologia”¹³.

Já no cristianismo, o nascimento de Cristo inicia o reino de Deus e antecipa o reino futuro. Somente quando o evangelho for pregado em toda terra virá o fim. No *Apocalipse de São João* o Messias é identificado com Jesus, que marcará o início do Juízo Final. Antes deste período ocorrerá a ressurreição dos santos e mártires por mil anos, logo a seguir o Anticristo retornará, será derrotado por Cristo e se iniciará o Paraíso na terra.

A característica básica do messianismo, segundo Pinharanda Gomes, é a existência de “enviados”, “mensageiros celestes” ou “homens escolhidos”, que podem estar associados a alguns

¹⁰ GOMES, Pinharanda. “Messianismo”. In: Polis. *Enciclopédia VERBO da Sociedade e do Estado*. Lisboa: Verbo, 1986, v. 4, p. 208.

¹¹ 2 Sm5. Todas as referências da *Bíblia* citadas no texto foram extraídas de *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 1995.

¹² LE GOFF, Jacques. “Escatologia”. In: *Memória e História. Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 436.

¹³ *Ibid.*, p. 436-437.

monarcas¹⁴, como, por exemplo, Afonso Henriques e seu papel na Batalha de Ourique, D. Sebastião, tido como Príncipe Perfeito, o Desejado e D. João de Avis, o “Mexias de Lisboa”. Através destas vinculações procurava-se associar elementos da perfeição messiânica a figuras humanas.

O termo Messias mais tarde será identificado com um salvador, seja ele herói ou líder espiritual com capacidade de restabelecer a felicidade, conceito ligado a tradições lendárias como a Idade do Ouro.

D. João como Messias está relacionado no plano simbólico à idéia de “novo Davi”, Imperador dos Últimos dias que combate o Anticristo de acordo com as expectativas de grupos que possuíam crenças milenaristas em Portugal, tais como os franciscanos espirituais e os beguinos¹⁵.

A categorização de D. João como Messias possui aproximação com os bons reis do *Antigo Testamento*, guerreiros e fiéis a Iahweh e por isso têm a sua proteção. Lutam por seu território e tem garantido por Deus a posse da Terra Prometida, que para os judeus é Israel e para os portugueses a manutenção do reino de Portugal, de acordo com a construção elaborada pela Dinastia de Avis.

Numa releitura cristã, D. João possui ainda analogias com o próprio Cristo e foi escolhido por Deus na missão de conduzir o reino de Portugal, daí ser possível chamá-lo de “Messias”. Os pesquisadores que estudaram a *Crónica de D. João I* afirmam que esse **messias não é Cristo**. Para Rebelo, após o assassinato do Conde Andeiro, tido por amante da rainha regente, D. Leonor, a população reconhece D. João “*como chefe, não como Messias Prometido*”¹⁶. E a chamada Revolução de Avis está ligada mais a um “desejo de melhoria das condições sociais”¹⁷. No entanto, Rebelo também sublinha a existência de elementos para-religiosos, reminiscências bíblicas que “insinuam a **identificação dele (D. João) com Cristo**”¹⁸ (grifos nossos).

Fernão Lopes adota a livre técnica do sermão e da exegese medieval. Desta forma, várias passagens do documento possuem um sentido moral e alegórico. As exigências do discurso procuram reproduzir a imagem de “certas expectativas milenaristas”.

Garcez Ventura afirma que o povo do Messias de Lisboa é o “povo de um salvador sediado numa cidade, não Jerusalém, mas Lisboa. E esse salvador redime do pecado, não do pecado, da sujeição ao rei de Castela”¹⁹.

¹⁴ GOMES, Pinharanda. “Messianismo”. *Op. Cit.*, p. 208.

¹⁵ Segundo Delumeau, soberanos tidos como Reis ou Imperadores dos Últimos Dias, como o imperador germânico Sigismundo (†1437) eram qualificados no século XV como “*lux mundi, secundus David* [luz do mundo, novo David] e novo *Carlos Magno*”. Cf. DELUMEAU, Jean. *Mil Anos de Felicidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 69.

¹⁶ REBELO, Luís de Sousa. *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983, p. 58.

¹⁷ REBELO, Luís de Sousa. *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*, p. 58.

¹⁸ REBELO, Luís de Sousa. *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*, p. 57.

¹⁹ VENTURA, Margarida Garcez. *O Messias de Lisboa*. Lisboa: Cosmos, 1992, p. 50.

Assim no nível simbólico, D. João será associado ao Messias, um salvador que tem relação com os reis do Antigo Testamento e analogias com Cristo, sem ser ele próprio o Cristo. Este Messias luta contra o mal que dentro de um contexto de Cisma do Ocidente e medo do fim do mundo é apresentado no discurso de Fernão Lopes como D. João de Castela, mencionado explicitamente no texto como agente do Anticristo, que segundo Ventura “enfrentava o nosso Cristo, o nosso Messias”²⁰.

Quanto à figura do *Anticristo* significa no judaísmo e no cristianismo um adversário de Deus nos últimos tempos da história. O antagonista de Deus pode ser representado por *Satanás, pelo dragão e por um tirano*, um falso profeta corruptor dos homens bons. O poder e a sedução estão associados ao Anticristo²¹. Haveria também um pseudo-messias dos judeus, corruptor do mundo segundo o *Evangelho a Nicodemo* e um combate final entre Enoc e Elias com o Anticristo, de acordo com o *Apocalipse*²².

Os temas do relato de Fernão Lopes estão essencialmente relacionados à escatologia cristã. A escatologia, do grego *escatha*, que significa ‘as últimas coisas’ designa as idéias relacionadas ao fim do mundo ou aos eventos que atingirão o seu término no Juízo Final. “Em sentido mais amplo, entende-se por elas todas as esperanças e aspirações de conotações religiosas prevendo o surgimento na terra de uma ordem perfeita, de certa forma paradisíaca”²³.

No pensamento cristão, Deus é associado a Cristo, o ungido, o rei dos Reis. Cristo está relacionado a um importante atributo da função régia: a justiça. De acordo com a escatologia cristã, acredita-se que no final dos tempos haverá o derradeiro julgamento da humanidade quando os eleitos permanecerão com o Pai no estabelecimento de seu Reino na terra e os pecadores sofrerão a danação eterna.

A figura do Anticristo é muito presente nos textos que vão falar do período anterior à segunda vinda de Cristo. Este assunto que liga escatologia e milenarismo está também diretamente relacionado com a *Crônica de D. João I*. Neste texto, temos a figura do Anticristo representado por Castela e pelo Messias de Lisboa, isto é, D. João e seus apoiantes. A noção de escatologia individual se une com a escatologia coletiva. D. João é o único, segundo o relato, que pode salvar Portugal e o reino do domínio do Anticristo. Assim, a salvação coletiva que o Messias fornece aos súditos está diretamente relacionada à possibilidade de que individualmente cada um atinja a salvação.

²⁰ *Ibid.*

²¹ BERARDINO, Angelo Di (Org.). *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*. Petrópolis: Vozes/Paulus, 2002, p. 108.

²² Ap 11, 3-13

²³ TÖPFER, Bernhard. “Escatologia e Milenarismo”. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean Claude (Coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Imprensa Oficial/EDUSC, v. 1, p. 353.

Diversos autores medievais viam como elemento escatológico principal a vinda do Anticristo. A Igreja utilizava esta preocupação para realizar o controle dos fiéis. Sabia-se que o fim estava próximo, porém sua data era incerta. Assim, o pensamento oficial apresentava uma visão pessimista do futuro até o advento do Juízo Final. O positivo era voltado ao passado, com a criação do mundo e vinda de Cristo ou para o futuro distante na outra vida e no Juízo Final. A Igreja podia assim realizar a conversão dos fiéis, inspirando-lhes o terror por seus pecados.

Os modelos dos reis do *Antigo Testamento* foram utilizados para que os monarcas pudessem ser instruídos. Foram assim confeccionados *Espelhos de Príncipes* que visavam fornecer aos monarcas regras corretas de comportamento para reger a sociedade²⁴. Dentre as figuras mais importantes estavam os reis Davi, Salomão, Ezequias e Josias. O principal traço destes reis era a obediência a Deus, a preservação da sua fé e a luta contra os inimigos de Iahweh. O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, obra de caráter nobiliárquico do século XIV, apresentava uma genealogia dos reis bíblicos e no quadro a seguir aparecem algumas das características destes reis.

No período medieval considerava-se que o rei recebia o seu poder diretamente de Deus. Por isso, o bom rei deveria ser capaz de manter e expandir a fé cristã, defender a Igreja e garantir ao reino a paz e a aplicação da justiça. Suas qualidades individuais elevavam as qualidades morais e religiosas de seus súditos.

Quadro 1: Os Bons Reis Bíblicos no Nobiliário do Conde D. Pedro

Os Bons Reis Bíblicos no <i>Nobiliário do Conde D. Pedro</i>	
Rei	Citação
Davi	“e foi mui bõo rei e boõ profeta, e fez os salmos e a lei e foi rei sobre Judá e sobre Jerusalém (...) Reinou el rei Davi quorenta anos (...) e soteranom-no em Jerusalém, sa cidade.” ²⁵
Salomão	“Despois da morte d’el rei David, reinou seu filho, rei Salomon, em Jerusalem e sobre todo Jerusalem [isto é, por todo Israel]. E fez o templo de Deus em Jerusalem e acabou-o em sete anos. (...) E reinou o rei Salamon quorenta annos, ante que adorasse os ídolos.” ²⁶
Asa	“(…) foi mui bõo e mui dereito, e temia Deus e quebrantou todolos idolos que achou em sa terra, e fez muitas batalhas com Basa (...) e com outros reis (...) e cobrou gram parte do reino, que havia perdido Roboam, o filho de Salamon. E venceu muitas batalhas (...)” ²⁷
Ezequias	“e foi boo rei e direito, e quebrantou todolos idolos e quebrantou a serpente d’arame que fez Moises em no deserto, que ainda tem os Judeus a mui grande honra” ²⁸

²⁴ LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Biografia. Rio de Janeiro: Record, 1999, pp. 357-358.

²⁵ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (org. por José Mattoso). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980, v. II/1LL, 1E1.

²⁶ LL, 1E2.

²⁷ LL, 1F5.

²⁸ LL, 1F20.

Josias	“Regnou Josias em Jerusalem XXXI annos, e foi boo rei e amigo de Deus e amou-o e teme-o, e todalas fazendas que achou no templo, todalas deitou ende, e fez todo o que prougue a Deus. Em aqueles dias, veio Pharaão Neco, rei do Egipto, contra el rei de Siria ao rio d’Eufrates. E sahio Josias aa carreira e morreo no campo de Majedom.” ²⁹
--------	---

Dentre as características do rei ibérico, estava o *rei cristianíssimo*, que se caracterizava pela atividade guerreira na luta contra os infiéis, a atitude religiosa do monarca e sua relação com a Igreja, seguindo os seus mandamentos. O rei cristianíssimo é um modelo de rei ideal, por isso conhecer, servir e louvar a Deus eram algumas de suas funções. Tinha a responsabilidade pela salvação não apenas de sua alma, como a de todos os habitantes do reino. Seu principal símbolo é a esfera dourada coroada por uma cruz dourada³⁰.

O rei cristianíssimo devia proteger a Igreja, além de dar doações e privilégios a esta instituição, sendo-lhe obediente, o que nem sempre ocorria na prática. Porém, no caso de D. João I, a obediência ao papa de Roma considerado pelo cronista como legítimo foi um dos fatores que lhe garantiram a sustentação ideológica para assumir o papel de rei uma vez que era bastardo. A obediência ao clero “oficial” funcionou assim como uma estratégia política tanto nas crônicas como no discurso de João das Regras nas cortes de Coimbra (1385) antes de sua aclamação como rei.

Assim, a obediência à Igreja, traço do rei cristianíssimo, somada aos elementos messiânicos que este rei possuía, segundo a descrição de Fernão Lopes na sua crônica, garantiram a sustentabilidade política da nova dinastia e a sua aceitação pela sociedade.

As realizações do rei medieval estavam relacionadas a ideias éticas. A virtude é um dos eixos fundamentais de legitimação do poder régio. O monarca, além de cristianíssimo, devia ser um *rei virtuosíssimo*, possuindo mais virtudes que todos os seus súditos, o que contribuía para fundamentar a superioridade régia, traço fundamental para o exercício do ofício de rei. Ele necessitava controlar em si mesmo todos os vícios, como a luxúria, avareza, soberba, inveja, fúria e outros. As virtudes do rei — sabedoria, entendimento, conselho, fortaleza, piedade, temor de Deus — eram fundamentais para a sua aplicação da justiça, e também como modelo aos súditos, que deveriam se inspirar nas ações do monarca³¹.

Portanto, o rei virtuoso deveria possuir todas as virtudes exigidas ao bom cristão, tanto as teológicas (fé, esperança e caridade) quanto as cardeais (justiça, força, prudência e temperança), as

²⁹ LL, 1F23.

³⁰ Sobre o rei cristianíssimo, cf. NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla*. Madrid: EUDEMA Universidad, 1988, p. 79-84.

³¹ NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla*, *Ibid.*, p. 84-86.

quais eram ansiadas por todos os fiéis para obterem a salvação, mas consideradas imprescindíveis ao ofício régio.

A posse desse conjunto de virtudes é mais um indicador da superioridade monárquica, pois apenas os soberanos eram idealmente os possuidores de todos os atributos. Além disso, nem todos os nobres estariam aptos à realização deste ofício, sendo o rei muitas vezes obrigado a renunciar aos seus interesses para juntamente com seus ministros fazer o que fosse melhor para o reino³².

Convém agora fazer uma síntese sobre o rei que D. João I representa na *Crónica de Fernão Lopes*: o rei com elementos messiânicos. Nieto Soria apresenta uma tipologia sobre este tipo de rei, que articula dentro do chamado *messianismo régio*³³. Obviamente não se trata do “rei-messias” como igual a Cristo, mas do rei medieval dentro da perspectiva de *messianismo político* conceituada por Desroche³⁴.

Este rei é um chefe político escolhido por Deus, o que garante a sua legitimidade no poder. Ele tem aproximações com os reis do Antigo Testamento. Em primeiro lugar, segundo Soria, é considerado um escolhido para realizar uma determinada tarefa e por isso age como um instrumento do divino. Na obra de Fernão Lopes, a função de D. João é clara: expulsar os castelhanos que representam o Anticristo e levar o reino à salvação.

O rei com características messiânicas é esperado para realizar uma empresa há muito desejada e tem a seu favor a eleição divina. Elementos sobrenaturais estão ligados à sua figura, como as profecias e os sonhos. Neste sentido, um exemplo é o sonho do rei D. Pedro, pai de D. João I, que sonha que seu filho João apagará um imenso fogo³⁵. Há também o sonho de Frei Barroca, um religioso inspirado por Deus que sonha que D. João seria o rei de Portugal³⁶.

Devido aos desígnios da Providência Divina, o eleito de Deus enquanto chefe terreno é protegido pela divindade para que possa realizar os Seus desígnios, levando à salvação do povo de Iahweh. Ao atuar como agente do plano divino e sagrado, a função régia ganha uma nova sacralidade.

Na Espanha e também em Portugal, a idéia do rei com atributos messiânicos está associada a alguns grupos influenciados pelo joaquimismo, os espirituais, *fraticelli* e beguinos, os quais esperavam a vinda de um rei salvador antes do Juízo Final, que estabeleceria um período de

³² NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla, Ibid.*, p. 88.

³³ NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla, Ibid.*, p. 71-77.

³⁴ Cf DESROCHE, H. *Op. Cit.*, p. 34.

³⁵ Este episódio, relatado na *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes (Lisboa: Civilização, 1977, p. 196), pode ser interpretado com o fato de que D. João “salvaria” Portugal do domínio castelhano. Outro elemento a ser destacado é a intertextualidade das crônicas de Fernão Lopes (Crônicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I) que dialogam entre si e que procuram justificar o primeiro rei avisino.

³⁶ Este religioso de origem castelhana vai a Portugal, faz muitos milagres e prevê que D. João e seus filhos seriam reis de Portugal. FERNÃO LOPES. *Crónica de D. João I*. Ed. preparada por M. P. Lopes de Almeida e Magalhães Basto. Lisboa: Livraria Civilização, 1990, v. I, p. 47-49. Dorante será citada com a abreviação: CDJ.

felicidade na terra, sendo ajudado por ordens monásticas puras, como os franciscanos. Desta forma, o messianismo régio está indissociado do pensamento escatológico.

Estas ideias foram utilizadas como objeto de propaganda, manipulando profecias acerca do carácter sobrenatural dos monarcas e sua ligação com a divindade. Conforme mencionei antes, na *Crónica de D. João I* o messianismo é uma estratégia política que visava à legitimação da Dinastia de Avis, legitimação esta garantida pelos sinais divinos, através de sonhos proféticos e milagres que confirmariam a eleição de D. João por Deus. Além disso, fica claro também o seu aspecto de rei-guerreiro cristão contra os seus inimigos, os “heréticos e cismáticos”, segundo a expressão do cronista, opositores do escolhido de Deus. Por isso, “o rei eleito governa um povo eleito”, fator que contribui para a “exaltação de um incipiente sentimento nacional”³⁷.

Uma crença bastante associada ao rei com aspectos messiânicos era a de que Deus o protegia contra os seus inimigos. Isto se confirma na lógica da *Crónica de D. João I*: por mais que o exército castelhano fosse mais poderoso, a intervenção divina agia em favor do Messias de Portugal. Assim, no Cerco de Lisboa, a peste atinge somente os castelhanos e estes são obrigados a baixar o cerco quando a própria esposa daquele monarca é acometida pela peste. Outro momento crucial é a batalha de Aljubarrota (1385). Ali, embora com um exército mais bem equipado, o monarca castelhano não consegue vencer, o que é explicado pelo cronista como o juízo de Deus, que defendia o monarca português contra os seus agressores.

Assim, devido à proteção divina, o soberano adquiria força, coragem, valor e prudência necessários para conseguir a glória pretendida.

ALGUNS EXEMPLOS BÍBLICOS E SUA RELAÇÃO COM A CRÓNICA

1. Cerco de Lisboa

Durante este cerco muitas pessoas ficaram isoladas e sem víveres, sendo o exército castelhano muito mais poderoso que o português. O capítulo 136 da *Crónica* relata a falta de água: “morria já a gemte com sede, assi homeês e molheres, come moços pequenos”³⁸. Logo a seguir é relatada a falta de alimentos em Lisboa; as esmolas públicas começam a se mostrar insuficientes. Depois ocorre a falta de trigo e o seu encarecimento. Segundo o cronista, Deus envia uma peste que atinge somente o exército castelhano. Mesmo quando prisioneiros portugueses eram colocados com os infectados, não adoeciam³⁹.

³⁷ NIETO SORIA, José Manuel. Op. Cit., p. 72.

³⁸ CDJ, I, p. 269.

³⁹ CDJ, I, p. 311.

O cronista interpreta a peste que obrigou o rei a baixar o cerco como um castigo divino. O rei de Castela é mostrado como insensível, pois só levantou o cerco depois que a sua própria esposa, D. Beatriz, foi atingida por um bubão da doença⁴⁰. Depois, um religioso franciscano, frei Rodrigo de Cintra faz um discurso buscando a explicação daquele evento, que segundo ele possuía analogia com alguns episódios da *Bíblia*.

Um deles é o referente ao rei Ezequias, quando Jerusalém foi cercada por Senaqueribe, rei de Assur. Naquele momento, o “anjo da morte” tirou a vida de cento e oitenta e cinco mil homens. Assim, Senaqueribe fugiu somente com dez homens, com grande espanto e temor⁴¹.

É importante observar que, dentre os reis mencionados no *Livro dos Reis* bíblico, apenas Ezequias e Josias mereceram a aprovação sem reservas de Deus, pois outros monarcas, embora louvados, não desapareceram com os “lugares altos”, uma alusão ao paganismo. Ezequias é um modelo de bom rei que também aparece citado no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, conforme visto antes.

Sobre este rei, a *Bíblia* afirma que ele “fez o que agrada aos olhos de Iahweh”, pois havia combatido os ídolos pagãos, abolindo os lugares altos. Assim, “depois dele, não houve entre todos os reis de Judá quem se lhe pudesse comparar; e antes dele também não houve” (*II Reis*, 18, 3-5). É importante observarmos os elementos das narrativas dos feitos deste rei, pois eles indicam modelos que também deveriam ser aplicados no relato das ações de D. João, o escolhido de Deus. Nestes modelos figuravam a necessidade de obediência a Deus e a perseguição aos seus inimigos. Em contrapartida, assim como Ezequias foi protegido pela divindade, o mesmo aconteceria ao outro eleito de Deus, D. João.

Assim, fica clara no relato de Fernão Lopes – com o destaque conferido ao anjo da morte, à peste e à mão de Deus – a influência dos exemplos bíblicos. Outra comparação estabelecida no sermão de Frei Rodrigo é entre a peste que atacou a esposa de D. João de Castela e a peste que matou o primogênito do faraó do Egito, na décima praga enviada por Deus como castigo ao governante egípcio que não queria permitir a saída dos hebreus de seu reino. Para o franciscano, o rei de Castela agira do mesmo modo que o faraó, pois não aceitara os bons conselhos para baixar o cerco sobre Lisboa até que a doença atingiu a sua mulher por vontade divina, o que levou ao descerco⁴².

Por fim, Frei Rodrigo pressagia que, se o rei de Castela voltasse a Portugal, seria punido com a morte de outros primogênitos, numa nova demonstração do poder de Deus contra os inimigos dos cristãos. Tal presságio mostra a crença num Deus vingativo e que exige a obediência de seus

⁴⁰ CDJ, I, p. 314.

⁴¹ CDJ, I, p. 317.

⁴² CDJ, I, p. 318.

fiéis. Segundo tal pensamento, os bons cristãos, representados por D. João, o seguidor do papa de Roma, seriam salvos; já o mesmo não aconteceria com aqueles que o atacassem injustamente.

Outro interessante exemplo fornecido pelo franciscano sobre o padecimento de uma cidade é o de Judite e a cidade de Betúlia⁴³, a qual sofreu o cerco do assírio Olorfenes, que veio tomar a cidade com cento e vinte mil infantes, doze mil cavaleiros e uma grande multidão de gente que ia a pé (*Judite*, 7). Tal grandeza pode ser comparada com o poderio do rei de Castela que, segundo Fernão Lopes, veio com cinco mil lanças, mais mil ginetes e seis mil besteiros⁴⁴.

De acordo com o relato bíblico, o rei Olorfenes, ao cercar a cidade, havia fechado os seus poços de água. Judite então saiu da cidade, foi ao acampamento do rei, embebedou-o e cortou a sua cabeça (*Judite*, 14, 1-4). Frei Rodrigo, portanto, dá exemplos de como o povo eleito de Deus é protegido pela divindade e vence os seus inimigos.

Na Crónica, a cidade de Lisboa é vista como uma personagem que sofre e anseia ser protegida, por seu “esposo”, D. João. Segundo Teresa Amado, há no relato uma perfeita identidade entre a população e o Mestre de Avis e entre a cidade e D. João. Lisboa está associada à Jerusalém Celeste, assim como D. João tem analogias com Cristo⁴⁵. Os portugueses sofrem tormentos devido aos seus pecados e mostram o seu merecimento em serem vitoriosos na luta, motivo pelo qual os castelhanos são obrigados a baixar o cerco.

No seu enfrentamento com os castelhanos os portugueses são vistos como mártires e bons cristãos ao passo que o rei de Castela, é visto como mau cristão e herético, por apoiar o papa de Avignon.

2. O Evangelho Português

Segundo o cronista D. João vem instaurar novos tempos e uma verdade baseada na *Bíblia*. Por este motivo, além de ser o predestinado a “salvar” Portugal do domínio castelhano, D. João auxilia a difusão do cristianismo em Portugal graças à adoção do Evangelho Português, no qual ele leva, de acordo com o cronista, o fato de todos acreditarem no papa de Roma, num momento da existência de dois papas na Cristandade, o de Roma e o de Avignon. A luta contra o rei castelhano se torna, pela visão de Lopes, uma luta religiosa contra o mal. Ao mesmo tempo, D. João é comparado a Cristo e D. Nuno a S. Pedro. D. João é comparado ainda a Moisés, aquele que levaria o povo a uma terra abundante em leite e mel.

Nos capítulos 159 a 161 da primeira parte do relato, o cronista descreve o fim do cerco de Lisboa, a glorificação da cidade de Lisboa e dos heróis, explica o *Evangelho Português* e anuncia a

⁴³ CDJ, I, p. 317,

⁴⁴ CDJ, I, p. 319.

⁴⁵ AMADO, Teresa. *Fernão Lopes, Contador de História*. Lisboa: Estampa, 1991, p. 38.

Sétima Idade. Nestes capítulos, algumas palavras associadas ao messianismo aparecem com insistência, tais como mártires, apóstolos e discípulos, referentes aos bons portugueses e relacionados, portanto, à boa mansa oliveira portuguesa. Entre os capítulos 159 e 162, a expressão “mártires”, aparece onze vezes. Outras expressões ligadas aos bons portugueses estão associadas ao vocábulo “apóstolos” (duas menções) e “discípulos” (uma menção). Já as referências aos castelhanos nos mesmos capítulos os identificam com maus cristãos por serem “induzidos por Satanás” e “enxertos tortos” (uma menção de cada expressão), além de serem “adoradores de ídolos” (duas menções).

O próprio cronista nos dá a conceituação da palavra mártir, a mais utilizada por ele nestes capítulos. Para Fernão Lopes, “mártir”, além de identificar os moradores de Lisboa que apoiaram o Mestre de Avis, estava também associado ao conceito de testemunha. Segundo o autor, “martir quer dizer testemunha, bem testemunhas som os de Lixboa, dos que no çerco dela morrerom, e de suas tribullações e, padeçimentos”⁴⁶.

A palavra “testemunho” (*martyrs*) significa, desde o século II, na linguagem cristã, aquele que sofre e morre por causa da sua fé. O espetáculo do martírio é visto como um testemunho dos sofrimentos e a possibilidade de ressurreição⁴⁷. Portanto, ao equiparar os guerreiros de D. João a mártires, Fernão Lopes associa os bons portugueses ao sofrimento de Cristo e dos santos que tombaram pela vitória do cristianismo.

D. João é ainda apresentado como um verdadeiro cristão, que seguia o papa legítimo de Roma em oposição a D. João de Castela, apoiante do papa cismático. O Evangelho Português pregava uma sociedade mais justa, na qual os humildes seriam protegidos pelo rei. Esta idéia foi, provavelmente, inspirada no franciscanismo e nos ideais de Joaquim de Fiore. Segundo Fernão Lopes, assim como Jesus salvou a humanidade e mandou seus apóstolos para pregarem o evangelho,

assi o Meestre, depois que sse despos a morrer se comprisse, por salvaçom da terra que seus avoos gaanharem, **emviou NunAllvarez e seus companheiros preegar pello rreino ho evangelho portuguees**, o qual era que todos creessem e tevessem firme ho Papa Urbano seer verdadeiro pastor da egreja, [fora cuja hoberdencia nenhũ salvarse podia;]⁴⁸ (grifo nosso).

Portanto, aqueles que não fossem favoráveis ao papa de Roma, iriam para o Inferno. A função de D. João I, segundo o relato de Fernão Lopes, se equiparava à de Cristo. Como Cristo

⁴⁶ CDJ, I, p. 343.

⁴⁷ BERARDINO, Angelo Di (Org.). *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*. Petrópolis: Vozes/Paulus, 2002, p. 895.

⁴⁸ CDJ, I, p. 340.

salvou a humanidade dos seus pecados, o Mestre de Avis salvava a população do papa ilegítimo e a afastava do “mal”, levando-a a se aproximar do “bem”, Deus.

A comparação entre Mestre de Avis-Cristo e Nuno Álvares-S. Pedro é realizada em dois momentos. Além da vinculação ao *Evangelho Português* (cap. 159), no final do mesmo capítulo o cronista, após haver citado os “apóstolos” de D. João, apresenta outra vez a comparação bíblica⁴⁹. Cristo era o salvador da humanidade, assim como D. João seria o salvador do reino de Portugal e S. Pedro, associado a D. Nuno, é o fundador da primeira igreja e por isso identificado no texto com o papa de Roma e a manutenção da fé cristã.⁵⁰

Desta forma, o relato deixa bastante clara a unidade entre o mestre e seu comandante militar, capazes de, amparados um no outro, construir uma sociedade baseada em novos fundamentos – como a lealdade a um território – a partir do apoio dos nobres secundogênitos, como o era D. Nuno.

Além da comparação entre D. João e Cristo, o rei também aparece associado à figura de Moisés que, na *Bíblia*, levou os hebreus à terra prometida onde corria leite e mel. Segundo Lopes: “Estomçe partio o Meestre com elles **assi como Moises** quamdo trouve os filhos dIsrael pello deserto, levando esta hordenança”⁵¹ (grifo nosso).

É bom lembrar que os séculos XIV e XV foram marcados pela idéia de que o fim dos tempos estava próximo e de que, antes da chegada da Parusia, haveria um período de domínio do Anticristo. As tribulações sofridas pela cidade de Lisboa, vítima da fome, da sede, da guerra e da peste (embora este último tormento, de acordo com o relato, só atingisse os castelhanos), poderiam significar um curto estabelecimento da vitória do Anticristo na terra, representado pelo papa de Avignon e por seu apoiante, D. Juan de Castela. Por esse motivo seria necessário derrotar o Anticristo uma vez mais.

3. A Sétima Idade: Um “Novo Tempo” em Portugal

Segundo o cronista, a Sétima Idade é o momento de felicidade na terra, relacionado com os novos tempos trazidos a Portugal pela nova Dinastia, iniciada sob o reinado de D. João.

A vitória de D. João de Portugal, atestada pela suspensão do cerco, podia ser entendida como o estabelecimento de uma nova sociedade, um novo período de felicidade na terra, governado por um rei escolhido por Deus, período que se estenderia até o momento do aparecimento do Salvador na terra (Cristo), que separaria definitivamente os pecadores dos salvos. Este rei escolhido pertencia também a uma dinastia escolhida, a Dinastia de Avis. Neste novo período da humanidade,

⁴⁹ CDJ, I, p. 342.

⁵⁰ ZIERER, Adriana M. “O Papel da Guerra na Legitimação Simbólica de D. João I, o Messias de Lisboa.” In: *Métis*. Caxias do Sul: Educus, 2007, v. 6, n. 11, p. 230.

⁵¹ CDJ, I, p. 340.

segundo o cronista, elementos das categorias inferiores seriam nobilitados e um período de justiça e de atendimento aos anseios dos “humildes” se estabeleceria⁵².

Segundo Rebelo, a Sétima Idade apresentada por Fernão Lopes foi diretamente inspirada em *De Temporibus*, de Beda, o qual anunciava que a humanidade já estaria na sexta idade, a idade decrépita: “**A sexta idade em que vivemos não tem certidão de anos nem conto de gerações, e como idade decrépita, que é, deve acabar com o fim do século.**”⁵³ (grifo nosso)

Ao contrário de outros pensadores medievais como Santo Agostinho, Beda e Joaquim de Fiore, que vêem a Sexta Idade como um período de decadência próximo do fim dos tempos, o cronista apresenta a Sétima Idade como um tempo de paz e prosperidade na terra. Para Agostinho, a cronologia cristã envolvia a identificação de diferentes períodos: *infantia* (da criação de Adão e Eva ao dilúvio), *pueritia* (do dilúvio a Abraão), *juventus* (de Davi ao exílio da Babilônia), *aetas senior* (do Exílio ao nascimento de Cristo) e *senectus* (de Cristo ao fim dos tempos). A sétima e última idade se localizaria além do tempo terreno⁵⁴.

Já para Fernão Lopes, o mundo não terminava com a Sexta Idade, mas a esta se seguiria um novo período de felicidade. É também na Sétima Idade, segundo o cronista, que haveria o Juízo Final, uma vez que ocorreria o momento da “follgamça das sprituaaes almas que no Paraíso averiã”⁵⁵. O autor, porém, não avança sobre o derradeiro fim da humanidade, afirmando que ninguém poderia saber quando chegaria este momento, somente Deus.

A ideia de que D. João estabelece uma nova Era e a associação entre o rei de Castela com o mal, podem ser comparados aos escritos cristãos proféticos, como as sibilinas cristãs, que previam a luta de um Imperador dos Últimos Dias contra o Anticristo. Os momentos de embate contra o Anticristo, segundo esta literatura e também de acordo com o pensamento de Joaquim de Fiore, são dois. Num primeiro momento, o Anticristo é derrotado e o novo período de felicidade é estabelecido por um Imperador dos Últimos Dias, cujo reinado deveria durar por volta de cento e doze anos. Porém, de acordo com os mesmos escritos proféticos, o Anticristo viria uma segunda vez assolar a Cristandade.

Seu reinado duraria três anos e meio, após o qual ocorreria a sua morte no Monte das Oliveiras pelas mãos do próprio Cristo ou do Arcanjo S. Miguel. A derrota do Anticristo pelo Messias na *Bíblia* é citada na *Segunda Epístola aos Tessalonicenses* (2, 2-8) e no *Apocalipse de São João* (19, 21). É bom lembrar que a vitória de D. João no cerco de Lisboa é parcial, uma vez que o

⁵² CDJ, I, p. 350.

⁵³ BEDA *apud* REBELO, *op. Cit.*, p. 138.

⁵⁴ FRANCO JR., Hilário. *O Ano Mil. Tempo de Medo ou de Esperança?* São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 35-36. SANTO AGOSTINHO. *Cidade de Deus contra os Pagãos*. Petrópolis: Vozes, 1990, v. II, cap. XXX, p. 588.

⁵⁵ CDJ, I, p. 350.

exército castelhano retornaria a Portugal, o que indicava a necessidade de um segundo enfrentamento dos portugueses contra as forças do Anticristo, representadas pelo rei de Castela.

4. A Batalha de Aljubarrota (1385)

Um terceiro e último momento que representa um verdadeiro ordálio, segundo a historiadora Maria Helena Coelho é a batalha de Aljubarrota, ocorrida em 1385, quando D. João já tinha sido aclamado como rei⁵⁶. Essa batalha pode ser entendida como a segunda vinda do Anticristo, representado pelo rei de Castela, que vem atacar Portugal e perde o combate.

A vitória do exército português contra um exército muito mais poderoso numericamente representou, de acordo com a visão do cronista, a confirmação dos milagres anteriores e da escolha divina sobre o “Messias de Lisboa”. Significou, segundo Coelho, a “consagração absoluta e carismática da nova realeza”⁵⁷. Os milagres que pressagiam a vitória de D. João são reafirmados no texto cronístico por outro franciscano, frei Pedro, num discurso após a batalha. Esse religioso lembra alguns milagres ocorridos, como a aclamação de D. João como rei por um bebê de oito meses. D. João é também comparado a Josué, que derrubou o muro de Jericó, enfrentou uma coligação de cinco reis e após a morte de Moisés levou o povo eleito à Canaã, a terra prometida⁵⁸. A relação com Josué também está relacionada a outro rei messiânico português, Afonso Henriques, a quem Cristo crucificado apareceu antes da Batalha de Ourique⁵⁹. D. João I possui assim características messiânicas que lhe dão continuidade com a imagem do primeiro monarca avisino.

Além disso, são enfatizadas procissões antes e depois da batalha, o fato dos portugueses serem bons cristãos, que rezavam à Virgem Maria e a S. Jorge e o fato de o rei de Castela ser um mau cristão, que atacou Portugal, desrespeitando igrejas, destruindo-as e mandando decepar as mãos de homens, mulheres e crianças⁶⁰. É bastante enfatizado que o “Juízo de Deus” seria feito. Por todos esses motivos, D. João de Portugal, na visão de Lopes, por ser um cristão exemplar, é o eleito pela divindade e vence o combate⁶¹, o que confirma a sua eleição como rei eleito de Deus para governar Portugal.

⁵⁶ COELHO, Maria Helena. *D. João I*. Lisboa: Questões e Debates, 2008, p. 336.

⁵⁷ COELHO, p. 336.

⁵⁸ CDJ, II, p. 124.

⁵⁹ COELHO, *Ibid.*, p. 324. ZIERER, Adriana. “Afonso Henriques, D. João e D. Sebastião: o messianismo na legitimação simbólica da Dinastia de Avis”. In: VIERA, Ana Livia e ZIERER, Adriana (Orgs). *História Antiga e Medieval*. Rupturas, transformações e permanências: sociedade e imaginário. São Luís: Ed. UEMA, 2009, v. 2, pp. 49-63. FERREIRA, Roberto G. F. *O Papel do Maravilhoso na Construção da Identidade Nacional Portuguesa: análise do mito afonsino (séculos XIII-XVI)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997.

⁶⁰ CDJ, II, p. 64.

⁶¹ Segundo Coelho, os motivos que levaram à vitória de D. João foram a estratégia militar de D. Nuno e um melhor posicionamento tático do exército português no conflito, que minimizaram o fato desse exército ser

Conclusão

Através do estudo da *Crónica de D. João I* é possível observar que Fernão Lopes justificou o iniciador da nova dinastia através de um importante argumento: a legitimação bíblica. D. João se tornou pela pena do cronista um chefe político esperado por Deus para salvar Portugal da dominação de Castela e é ajudado nesse intento pelos nobres secundogênitos e pela população pobre da cidade de Lisboa.

A vitória em conflitos bélicos parece confirmar a escolha divina sobre D. João, que tal como os bons reis bíblicos era fiel a Deus (através da fidelidade ao papa de Roma, que o fazia ser o responsável pelo Evangelho Português), vencida os conflitos armados, tal como Josias e outros bons reis bíblicos (representados principalmente pelos episódios no Cerco de Lisboa e na Batalha de Aljubarrota) e por fim foi capaz de iniciar um Novo Tempo, visto pelo cronista como uma época de felicidade na Terra, antes do Juízo Final, a Sétima Idade. Por esse motivo, o “Messias”, ligado aos reis do Antigo Testamento e com analogias a Cristo, foi o condutor do povo de Deus à terra que corria leite e mel, tal qual Josué, período representado pelo estabelecimento da Dinastia de Avis no poder, no qual alguns elementos de categoria inferior foram nobilitados. Isso não representou, porém uma mudança na estrutura social.

A vitória obtida por um rei de origem bastarda foi conseguida em Portugal tanto no plano político quanto no campo simbólico, uma vez que a imagem de D. João como o rei da Boa Memória, cujos fatos memoráveis do reinado deveriam ser lembrados na posteridade, prosseguiu no tempo e se consolidou graças a uma série de medidas da nova dinastia. A glorificação do primeiro monarca avisino foi realizada de várias maneiras: através do relato de Fernão Lopes, na escrita de manuais de comportamento do rei e da nobreza, realizado por D. João e seus filhos D. Duarte e o Infante D. Pedro (*Livro da Montaria, Leal Conselheiro, Livro da Virtuosa Benfeitoria*, entre outros), pela criação do Mosteiro da Batalha, enaltecendo a dinastia de Avis e seus feitos guerreiros. Outros elementos foram a construção de um panteão em Batalha onde foram colocados os túmulos de D. João e seus filhos, o desenvolvimento da heráldica e a apresentação tanto do casal régio (D. João e sua esposa D. Filipa de Lancastre), como dos seus descendentes, a “Ínclita Geração”, como um modelo de comportamento aos súditos.

Todos esses aspectos e ainda outros, como a Tomada de Ceuta e o caráter cruzadístico associado a esse empreendimento, contribuíram para a boa memória do primeiro rei avisino. De acordo com Lopes, o “Messias de Lisboa” foi escolhido por Deus para governar de acordo com

numericamente menor que o do castelhano. COELHO, *Op. Cit.*, pp. 107-112. Como mostra a autora no seu livro, a guerra contra Castela não se encerrou na vitória de Aljubarrota e a paz só foi assinada em 1411. Ver também SOUZA, Armindo. “D. João I”. In: *História de Portugal*. Coord. por José Mattoso. Lisboa: Estampa, s/d, v. II, pp. 497-498.

elementos bíblicos, inspirado nas ações dos bons reis bíblicos do *Velho Testamento* e com analogias a Cristo. Assim como este último foi o Salvador da humanidade, o Mestre de Avis e depois rei, D. João I, da Boa Memória, foi, segundo o cronista, o salvador do reino português.

